ISSN: 2358-8829

# PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE DIREITOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Andrea Mara Santos Souza[1]

## 1 INTRODUÇÃO

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva constitui um dos desafios contemporâneos mais complexos da escola brasileira, uma vez que implica superar concepções historicamente marcadas pela segregação, pelo modelo assistencialista e pela compreensão da deficiência como incapacidade individual. A perspectiva inclusiva, consolidada pelos marcos legais nacionais e internacionais, desloca o foco da limitação do sujeito para as barreiras existentes nos contextos sociais, educacionais e culturais.

Nesse sentido, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como a presença física do estudante com deficiência no espaço escolar. Conforme estabelecem os princípios da educação inclusiva, é necessário garantir condições de participação, aprendizagem e desenvolvimento, considerando as múltiplas formas pelas quais os sujeitos constroem conhecimentos.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reafirmam a educação como direito fundamental, estabelecendo que os sistemas de ensino devem promover acessibilidade e eliminar barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência.

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à organização curricular, aos recursos pedagógicos e às concepções presentes no cotidiano escolar. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como as práticas pedagógicas podem constituir-se como instrumentos de transformação e garantia do direito à aprendizagem.

Para Mantoan (2003), a escola inclusiva exige uma ruptura com modelos tradicionais baseados na padronização dos estudantes, reconhecendo que a diferença não representa um obstáculo, mas uma característica constitutiva da humanidade. Nessa perspectiva, ensinar implica criar possibilidades para que todos os sujeitos participem do processo educativo.

[1] Mestranda do GESTEC-da Universidade Estadual da Bahia- UNEB- Ba, andreamarasouza@gmail.com

ISSN: 2358-8829

A partir dessa compreensão, este estudo apresenta como questão norteadora:

**Como as práticas pedagógicas inclusivas contribuem para a aprendizagem e participação dos estudantes com deficiência na educação básica?**

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Analisar como práticas pedagógicas inclusivas favorecem a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento da autonomia de estudantes com deficiência na educação básica.

### 2.2 Objetivos específicos

- Identificar estratégias pedagógicas utilizadas no processo de inclusão escolar;
- Compreender como ocorre a participação dos estudantes com deficiência nas práticas educativas;
- Analisar as contribuições das adaptações pedagógicas para o desenvolvimento da autonomia;
- Refletir sobre o papel docente na construção de práticas inclusivas e equitativas.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.1 Educação inclusiva: do direito de acesso ao direito de aprendizagem

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da educação como direito humano e na defesa de uma escola democrática, capaz de acolher diferentes trajetórias, ritmos e modos de aprender. Entretanto, garantir matrícula não significa necessariamente garantir inclusão.

Nesse sentido, a inclusão demanda mudanças estruturais e pedagógicas, pois as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não estão exclusivamente relacionadas às suas características individuais, mas também às barreiras construídas pelos próprios sistemas educacionais.

Mantoan (2003) argumenta que a escola precisa abandonar práticas de adaptação do aluno ao modelo escolar existente e assumir o compromisso de transformar suas próprias estruturas para atender à diversidade.

### 3.2 Aprendizagem, mediação e desenvolvimento humano

A teoria histórico-cultural de Vygotsky (1991) contribui significativamente para compreender os processos de aprendizagem dos estudantes com deficiência ao afirmar que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e das mediações culturais.

Nesse entendimento, o professor exerce papel fundamental como mediador, criando situações pedagógicas que possibilitem aos estudantes superar desafios e desenvolver suas potencialidades.

Assim, práticas inclusivas não representam apenas estratégias compensatórias, mas ações pedagógicas que ampliam possibilidades de aprendizagem e participação.

### 3.3 Educação dialógica e práticas humanizadoras

A perspectiva freireana amplia essa discussão ao compreender a educação como prática social, dialógica e humanizadora. Para Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e reconhecimento de sua condição de sujeitos históricos.

Nesse sentido, uma prática pedagógica inclusiva pressupõe escuta, diálogo, respeito às diferenças e valorização das experiências dos estudantes.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, desenvolvida por meio de relato de experiência, tendo como campo de análise o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência.

A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais considerando suas dimensões sociais, culturais e relacionais, valorizando as experiências dos sujeitos envolvidos.

Os dados foram construídos a partir da observação das práticas pedagógicas, considerando estratégias utilizadas pelos docentes para favorecer a participação e aprendizagem dos estudantes.

Entre as ações analisadas destacam-se:

- Adequação e flexibilização de atividades;
- Uso de recursos visuais e materiais acessíveis;
- Mediação pedagógica individualizada;
- Atividades colaborativas;
- Estratégias diversificadas de ensino.

A análise buscou compreender de que forma essas práticas contribuem para romper barreiras pedagógicas e fortalecer processos inclusivos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências analisadas evidenciaram que a construção de práticas pedagógicas inclusivas depende de planejamento intencional, sensibilidade docente e compreensão das singularidades dos estudantes.

Os resultados apontam quatro dimensões principais:

### 5.1 Ampliação da participação

A utilização de estratégias diferenciadas possibilitou maior envolvimento dos estudantes nas atividades escolares, favorecendo sua presença ativa no processo educativo.

### 5.2 Desenvolvimento da autonomia

A mediação pedagógica contribuiu para que os estudantes desenvolvessem gradativamente maior independência na realização das propostas, fortalecendo sua autoestima e protagonismo.

### 5.3 Fortalecimento das relações sociais

As práticas colaborativas favoreceram a convivência, a cooperação e a construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças.

### 5.4 Ressignificação da prática docente

A experiência evidencia que a inclusão exige do professor uma postura investigativa e reflexiva, capaz de reorganizar metodologias e criar novas possibilidades de ensino.

Esses resultados dialogam com Vygotsky (1991), ao destacar a importância da mediação no desenvolvimento humano, e com Freire (1996), ao defender uma educação baseada no diálogo e no reconhecimento do sujeito.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite compreender que a inclusão escolar não se concretiza apenas pela inserção dos estudantes com deficiência no espaço educativo, mas pela construção cotidiana de práticas que garantam participação, aprendizagem e pertencimento.

As práticas pedagógicas inclusivas revelam-se caminhos fundamentais para transformar a escola em um espaço democrático, onde as diferenças sejam reconhecidas como possibilidades de aprendizagem coletiva.

Entretanto, a consolidação de uma educação inclusiva requer investimentos permanentes na formação docente, na acessibilidade pedagógica e na reorganização das práticas escolares.

Assim, incluir significa construir uma escola que não apenas recebe diferentes sujeitos, mas que aprende com eles e se transforma a partir da diversidade.

ISSN: 2358-8829

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.**

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146/2015.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.